

Handwritten signature and crossed-out signature.

Projeto Piloto – Condições de desenvolvimento da “ostra portuguesa” no Estuário do Tejo

PROTOCOLO

Moita, 8 de Fevereiro de 2012

Projeto Piloto

Condições de desenvolvimento da “ostra portuguesa” no Estuário do Tejo

PROTOCOLO

Enquadramento

A “ostra portuguesa”, de nome científico *Crassostrea angulata*, teve grande importância comercial até ao início da década de 70 do século XX. Entre 1953 e 1973 os estuários dos rios Tejo e Sado eram os maiores bancos naturais desta espécie na Europa. Ambos os estuários produziam anualmente dezenas de toneladas de ostra portuguesa, destinadas maioritariamente à exportação, sobretudo para França, onde ganharam grande reputação, sendo ainda hoje recordadas pelos franceses como “Les portugaises”. Em 1954 cerca de 80% da área produtiva situava-se no Estuário do Tejo, embora posteriormente o estuário do Sado tenha ganho cada vez mais relevância nessa produção.

Durante o período de 1962-1971 Portugal exportou anualmente cerca de 7 500 toneladas de ostras. A partir de meados da década de 60 (1966), a ostra portuguesa começou a registar a ocorrência de lesões nas brânquias, naquela que ficou conhecida como “a doença das brânquias”, e que provocou mortalidades muito elevadas. Associado com o problema da lesão nas brânquias, surgiu também o crescimento anormal das conchas. O problema tornou-se evidente com o excessivo espessamento da concha, o que motivou um peso excessivo da concha relativamente ao seu tamanho. Por volta de 1974 a mortalidade de *Crassostrea angulata* quase levou ao seu desaparecimento.

As causas apontadas para esta ocorrência foram variadas, mas incidiram sobretudo sobre a

diminuição da qualidade da água no estuário, fortemente influenciada pelo aumento das descargas de efluentes, com origem nas indústrias que foram surgindo à sua volta e também provenientes dos núcleos urbanos da grande Lisboa que registaram também por essa altura um crescimento significativo. Estes aspetos, adicionados à sobre-exploração deste recurso e à inexistência de uma gestão racional dos recursos vivos do Estuário, terão estado na origem da disseminação de doenças que quase extinguiram a espécie.

Desde então, o cultivo da ostra portuguesa no estuário do Tejo não voltou a ser tentado. No entanto, ao longo dos últimos anos registaram-se alterações significativas nas condições de rejeição dos efluentes no estuário, com efeitos positivos sobre a qualidade das suas águas. Desde logo a diminuição do número de indústrias mais poluentes, que ocorreu com o desaparecimento da zona industrial de Cabo Ruivo, onde foi construída a Parque Expo e com a desativação da zona industrial da Quimiparque, no Barreiro. Por outro lado, as indústrias hoje existentes têm níveis de tratamento de efluentes mais adequados, em consequência das exigências legislativas impostas sobretudo depois da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, atual União Europeia.

Também no que toca aos efluentes urbanos se verifica uma alteração muito significativa, estando previsto que até 2012 o estuário do Tejo deixe de receber descargas diretas de esgotos urbanos. Os sistemas de interceção e tratamento de esgotos já existentes e em fase de conclusão nas duas margens do rio vão passar a tratar de forma adequada os esgotos de mais de três milhões de habitantes.

Tendo em conta esta nova realidade, o interesse em recuperar as atividades tradicionais no estuário bem como a sua biodiversidade, considera-se oportuno desenvolver esforços para viabilizar a reintrodução da cultura da ostra portuguesa no estuário do Tejo.

Diversas questões se colocam, no entanto, e que precisam de ser resolvidas antes de se poder avançar de forma decidida para a produção comercial. São elas:

Handwritten signatures and initials in blue ink.

- Desconhece-se se as condições naturais atuais permitirão o desenvolvimento da espécie, nomeadamente se as taxas de crescimento e de mortalidade serão aceitáveis, na perspetiva da atividade comercial;
- As águas do estuário do Tejo continuam classificadas como classe C ao abrigo da Diretiva das águas conquícolas, o que inviabiliza a atividade comercial. Esta classificação, da responsabilidade do Instituto Nacional de Investigação das Pescas e do Mar, integrado no Instituto Nacional de Recursos Biológicos (INRB/IPIMAR), é atualmente direcionada para zonas de produção e zonas de captura de bivalves, embora no estuário do Tejo não exista produção associada a promotores. A eventual revisão desta classificação impõe a definição de uma zona de produção para a área onde o promotor desenvolveria a sua atividade e o cumprimento de um programa anual de monitorização, de acordo com as exigências da referida Diretiva;
- Desconhece-se a eventual influência da poluição difusa, que possa resultar da ocorrência de chuvas intensas, sobre a qualidade da água do estuário e a possibilidade de adotar medidas preventivas que viabilizem o desenvolvimento da atividade.

O Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo, em fase final de elaboração, identifica esta área como uma das potencialidades a desenvolver, apontando para a necessidade de um estudo piloto que demonstre a viabilidade do desenvolvimento da atividade.

Recentemente, a Câmara Municipal da Moita deu conta da existência do interesse de um investidor privado, que pretende saber da viabilidade de obter autorização para o exercício da atividade.

Tendo em conta as premissas atrás referidas, entre:

Primeiro Outorgante: A Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P., adiante designada por ARH do Tejo, com sede na Rua Braamcamp, n.º 7, 1250-048 Lisboa, neste ato representada pela sua vice-presidente, Eng.ª Simone Ferreira Pio;

Segundo Outorgante: O Instituto Nacional de Investigação das Pescas e do Mar, integrado no Instituto Nacional de Recursos Biológicos, adiante designado por INRB/IPIMAR, com sede na Avenida de Brasília, 1449-006 Lisboa, neste ato representado pelo vogal do Conselho de Administração, Doutor Nuno Canada;

Terceiro Outorgante: A Câmara Municipal da Moita, adiante designada por CM da Moita, com sede na Praça da República, 2864-007 Moita, neste ato representada pelo seu presidente, Dr. João Manuel de Jesus Lobo;

Quarto Outorgante: O Sr. Samuel Mendes Pacheco, portador do Bilhete de Identidade n.º 5215404, válido até 29 de Abril de 2016, residente na Estrada Nacional 11, Chão Duro, 2860-403 Moita, em representação da empresa a constituir no âmbito do Projeto.

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª.

Objeto do Protocolo

O protocolo destina-se ao desenvolvimento de um Projeto Piloto para investigação da viabilidade do desenvolvimento de ostras no estuário do Tejo e determinação da adequação da qualidade da

água do estuário para a produção de bivalves.

Cláusula 2ª.

Objetivos do Projeto Piloto

Constituem objetivos do Projeto Piloto:

- Investigar a viabilidade de desenvolvimento da ostra portuguesa, no estuário do Tejo, nomeadamente as suas condições de crescimento e a taxa de sobrevivência, tendo presente a possibilidade de uma futura exploração comercial;
- Analisar a qualidade da água na zona escolhida como potencial zona de produção, de modo a averiguar se as condições atuais são compatíveis com o futuro exercício da atividade ostreícola em termos comerciais, nomeadamente pela alteração da classificação das águas da atual classe C para classe B;
- Investigar a influência da poluição difusa na qualidade da água do estuário e identificar potenciais medidas preventivas que viabilizem o desenvolvimento futuro da atividade.

Cláusula 3ª.

Obrigações das Partes

No âmbito do Projeto Piloto,

ao Primeiro Outorgante, compete:

- a) Identificar, em articulação com o INRB/IPIMAR e a CM da Moita, uma área do domínio público hídrico com potencialidades para o desenvolvimento da atividade e compatível com a regulamentação do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo, atualmente em fase de conclusão;

Handwritten signatures and initials in blue ink.

- b) Definir a parcela de terreno a alocar ao Projeto Piloto;
- c) Incentivar a constituição de organizações associativas que permitam futuros ganhos de escala na produção e comercialização de ostras;
- d) Tomar as medidas necessárias para viabilizar o início de atividade, no âmbito das competências que lhe estão cometidas, caso o projeto piloto venha a confirmar a sua viabilidade;
- e) Atribuir direito de preferência ao quarto outorgante, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.

Ao Segundo Outorgante, compete:

- a) Realizar as campanhas de amostragem na área definida como potencial zona de produção, de modo a perceber as variações, nomeadamente aquando da ocorrência de chuvadas intensas;
- b) Acompanhar as taxas de crescimento e de mortalidade dos exemplares introduzidos, relacionando-as com a qualidade da água e outras características ambientais do meio;
- c) Analisar as concentrações de metais, nomeadamente cádmio, chumbo, cobre e mercúrio, na parte edível das ostras;
- d) Apoiar no terreno o desenvolvimento da atividade, nomeadamente na definição das melhores práticas de cultivo.

Ao Terceiro Outorgante, compete:

- a) Em articulação com a ARH do Tejo e o INRB/IPIMAR, colaborar na identificação de uma área do domínio público hídrico com potencialidades para o desenvolvimento da atividade e compatível com a regulamentação do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo, atualmente em fase de conclusão.

Ao Quarto Outorgante, compete:

- a) Colocar no terreno as estruturas necessárias ao desenvolvimento do Projeto piloto;

- b) Obter, com o apoio do INRB/IPIMAR, a semente de ostras necessária ao desenvolvimento do Projeto Piloto;
- c) Desenvolver toda a atividade de cultivo;
- d) Registrar os dados relativos à mortalidade e comunicar ao INRB/IPIMAR qualquer ocorrência anormal, nomeadamente no domínio das patologias;
- e) Recolher amostras, de acordo com as orientações do INRB/IPIMAR;
- f) Apresentar uma candidatura ao Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR), em parceria com o INRB/IPIMAR;
- g) Dar início ao processo de licenciamento no prazo de um ano, prorrogável por igual período e por uma única vez, caso se confirme a viabilidade do projeto e após a tramitação legalmente exigida para o seu início;
- h) Proceder a todas as diligências processuais necessárias à formação da empresa a constituir no âmbito do projeto, no prazo de dois meses a contar da data da assinatura do presente protocolo.

Cláusula 4ª.

Duração do Protocolo

- 1- Tendo em conta os objetivos do Projeto, nomeadamente a necessidade de esclarecer a influência da poluição difusa na qualidade da água do estuário e eventual necessidade de definir medidas de gestão que permitam viabilizar o desenvolvimento futuro da atividade, em termos comerciais, o Projeto, objeto do presente protocolo, terá a duração de 12 meses, a partir da data da aprovação da candidatura.
- 2- O presente protocolo poderá ser revisto ou prorrogado, por acordo entre as partes outorgantes,

findo o respetivo período.

Cláusula 5.ª

Alteração e Resolução

- 1- Durante a vigência do protocolo poderão ser introduzidas alterações, as quais, efetuadas mediante expresso acordo mútuo entre as partes e após formalização, passarão a fazer parte integrante do protocolo.
- 2- O presente protocolo pode ser revogado a todo o tempo, por acordo entre as partes ou denunciado por qualquer delas, mediante notificação prévia à outra parte, com a antecedência mínima de 90 dias em relação à data do termo do protocolo, ou rescindido, a todo o tempo, por qualquer das partes, em caso de incumprimento da(s) outra(s).

Cláusula 6ª.

Financiamento

O projeto será candidatado ao Programa Operacional de Pescas 2007-2013 (PROMAR), nos termos da Portaria n.º 723-A/2008, de 1 de agosto, pelo quarto outorgante, que assegurará a componente nacional (40%) até um máximo de 25 000 euros, em parceria com o INRB/IPIMAR.

Cláusula 7ª.

Custos do Projeto

Prevê-se um custo global de 62 500 euros para o período de um ano.

Cláusula 8ª.

Divulgação

A ARH Tejo, em colaboração com todas as outras partes no Protocolo, compromete-se a divulgar os resultados do Projeto Piloto, nomeadamente organizando as sessões públicas que se revelarem necessárias, com a presença de especialistas e de interessados no desenvolvimento da atividade de ostreicultura.

Cláusula 9.ª

Interpretação e Resolução de Conflitos

- 1- As partes comprometem-se a resolver de forma amigável qualquer litígio que possa surgir da execução do presente protocolo.
- 2- As dúvidas suscitadas pela aplicação das regras do protocolo serão esclarecidas e interpretadas de comum acordo, dentro do princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução das finalidades aqui expressas.
- 3- Os diferendos que possam derivar da interpretação ou execução do presente protocolo, que não consigam ser dirimidos por acordo entre os outorgantes, devem ser resolvidos através do recurso a Tribunal Arbitral.

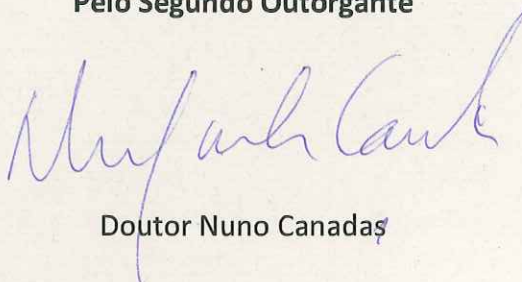
Moita, 8 de Fevereiro de 2012

Pelo Primeiro Outorgante



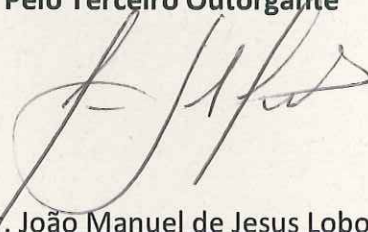
Eng.ª Simone Ferreira Pio

Pelo Segundo Outorgante



Doutor Nuno Canadas

Pelo Terceiro Outorgante



Dr. João Manuel de Jesus Lobo

Pelo Quarto Outorgante



Sr. Samuel Mendes Pacheco